

# Lutero, a crítica da idolatria do dinheiro e a dialética do possível

Jung Mo Sung\*

## Resumo

Dentro do espírito da comemoração dos 500 anos da Reforma protestante, este artigo dialoga com o pensamento de Lutero, em particular com a sua crítica teológica ao sistema econômico capitalista emergente, com o seu comércio abusivo e a usura, para pensar uma alternativa para o atual processo de globalização capitalista de corte neoliberal. A partir da análise do papel da teologia frente à economia moderna, o texto estuda: a) a crítica de Lutero à inversão ética que transforma a usura em um serviço à comunidade; b) a crítica da idolatria do dinheiro e a inevitabilidade do mal do mercado abusivo e do sistema usurário; c) o uso que Lutero faz da noção de pecado original na sua crítica e na proposição da missão da igreja dentro de uma “dialética do possível”.

*Palavras-chave:* Lutero; idolatria do dinheiro; pecado original; usura; teologia e economia.

## Luther, critique of idolatry of money, and dialectic of the possible

### Abstract

In the spirit of celebration of the 500th anniversary of the Protestant Reformation, this paper dialogues with Luther's thought, in particular with his theological critique of the emerging capitalist economic system, with its abusive trade and usury, to consider an alternative to the current neoliberal capitalist globalization process. Starting with the analysis of the role of theology in face of the modern economy, the text studies: a) the Luther's criticism of ethics inversion that turns usury in a service to community; b) the critique of idolatry of money and the inevitability of evil of abusive market and usurious system; c) the Luther's use of the notion of original sin in his criticism and proposing the mission of the church within a “dialectic of the possible”. **Keywords:** Luther; idolatry of money; original sin; usury; theology and economics.

---

\* É um teólogo católico e cientista da religião, coreano radicado no Brasil desde 1966. É professor titular da Universidade Metodista de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. E-mail: jung.sung@metodista.br

## **Lutero, crítica de la idolatría del dinero y la dialéctica de posible** **Resumen**

### **Resumen**

En el espíritu de la celebración del 500 aniversario de la Reforma Protestante, el presente trabajo analiza el pensamiento de Lutero, en particular, su crítica teológica del sistema económico capitalista emergente, con su comercio abusivo y la usura, para pensar una alternativa al actual proceso de la globalización capitalista neoliberal. A partir del análisis del papel de la teología frente a la economía moderna, el artículo estudia: a) la crítica de Lutero a la inversión ética que convierte la usura en un servicio a la comunidad; b) la crítica de la idolatría del dinero y la inevitabilidad del mal de mercado abusivo y sistema de usura; c) el uso que Lutero hace de la noción de pecado original en su crítica y la propuesta de la misión de la iglesia dentro de una “dialéctica de lo posible”.

**Palabras clave:** Lutero; la idolatría del dinero; el pecado original; la usura, la teología y la economía. Introdução

Na celebração dos 500 anos da Reforma, e da pessoa de Lutero, vale uma pergunta: é essa comemoração simplesmente uma “celebração”, no sentido de uma comemoração festiva de um fato histórico que marcou o mundo moderno e o cristianismo; ou é comemoração no sentido de rememorar um fato histórico para, a partir dele, ou em “diálogo” com ele, repensar o nosso presente e o futuro? Em outras palavras, é uma celebração que, mesmo estudando, mantém a Reforma e o pensamento de Lutero no passado, ou que torna Lutero “presente” nos dias de hoje e dialogamos com ele em busca de soluções para os desafios do nosso tempo?

Neste artigo, vou trilhar o segundo caminho. Proponho buscar no pensamento de Lutero pistas e lógicas de pensar que nos ajudem a compreender melhor o nosso presente e abrir novas perspectivas ou a escolher caminhos que sejam, ao mesmo tempo, alternativos ao mundo que vivemos, mais humanos e justos, e historicamente viáveis. E como todo diálogo, este que pretendo estabelecer aqui com o pensamento de Lutero pressupõe ter um problema ou um desafio em comum acerca do que dialogar. É claro que, como o único dialogante ativo, cabe a mim encontrar e escolher esse terreno e desafio comuns. Para que possamos aprender com um pensador do passado, precisamos ter de forma clara os desafios do presente.

Desafios e perguntas do presente e do passado Em um tempo marcado por grandes avanços tecnológicos, que transformaram radicalmente o modo como vivemos o cotidiano, e pela globalização capitalista, pode parecer que os ensinamentos e as práticas de um monge reformador de 500 anos atrás, em uma Alemanha pré-moderna e pré-capitalista, no sentido estrito do capitalismo, teria pouco a nos dizer. Porém, apesar de grandes diferenças

entre o seu tempo e o nosso, há também algumas semelhanças importantes. Ele viveu em tempo de profundas transformações sociais e econômicas, início do fim do mundo medieval e do nascimento do mundo moderno, com tudo o que isso significa em termos de turbulência e crises sociais. Hoje, vivemos um momento histórico semelhante.

A semelhança a que me refiro não está primeiramente no nível da crise social – por exemplo, a concentração brutal de renda e riqueza no mundo, onde 1% mais rico do mundo detém a riqueza equivalente à soma dos restantes 99%, a crise de refugiados e imigração ilegal massiva, os custos sociais de ajustes econômicos por conta de dívida externa –, nem na crise ambiental que ameaça a humanidade, que no tempo de Lutero não havia; mas sim na crise mais profunda do esgotamento da civilização moderna e a transição para um novo tipo de civilização que ainda não está bem definido ou decidido.

O mundo moderno derrotou o mundo medieval ou pré-moderno europeu com o anúncio de uma “boa-nova” fundada em dois pilares: a) a “boa vida” não deveria ser objeto de esperança somente para a vida pós-morte, para os que aceitassem as dores e deveres da sua condição social nesta vida, mas deveria ser vivida aqui, já no interior da História, com melhoria nas condições materiais da vida propiciada pelo desenvolvimento econômico e progresso tecnológico; b) a proclamação de que todos os seres humanos têm o mesmo direito de viver essa boa vida. É sabido que na vida real esse discurso não funcionou para todos, especialmente para os que foram escravizados ou colonizados. Entretanto, a lógica inclusiva dos direitos humanos e democracia permitiu, de fato, que os grupos sociais subalternos pudessem lutar por seus direitos em nome das promessas e dos princípios da modernidade.

No mundo ocidental, o binômio mercado-democracia foi o eixo central da construção do mundo moderno e também o fundamento para a justificação da expansão do capitalismo pelo mundo. Essa expansão tem sido justificada como a missão de levar ao restante da humanidade o progresso e o desenvolvimento econômico propiciado pelo sistema de mercado e a democracia liberal.

Esse mito do desenvolvimento econômico, que prometia levar a toda a humanidade um padrão de vida material comparável com o padrão médio dos países ricos, começou a entrar em crise na década de 1970 com a publicação de um importante estudo, encomendado pelo Clube de Roma, *Os limites do crescimento* (MEADOWS et al., 1972). Esse estudo mostrou que o planeta Terra não é infinito, que existem limites na natureza e nos recursos naturais e que, por isso, não era possível que toda a humanidade tivesse esse padrão de consumo sem provocar um colapso ecológico.

Com a constatação e o reconhecimento dos limites ambientais e do crescimento econômico, não é mais plausível continuar propagando as pro-

messas da modernidade. Não é possível colocar em uma mesma equação esses três elementos: boa vida como constante aumento no padrão de consumo, a universalização do direito a essa boa vida, e os limites dos recursos não renováveis e do sistema ecológico. A primeira reação de muitos foi a de negar os perigos da crise ambiental e os limites dos recursos não renováveis. Essa tentativa de manter as promessas da modernidade negando os estudos que mostram os limites da natureza foi aos poucos sendo desacreditada. A segunda alternativa frente a essa constatação é a de repensar o conceito de boa vida. Nesse grupo estão aqueles que se contrapõem ao capitalismo e à sua cultura de consumo e propõem um estilo de vida mais simples e em harmonia com a natureza. Entre esses há muitos que vão um passo além e defendem uma economia sem mercado, isto é, sem relações mercantis e sem fins lucrativos – uma economia centrada na noção da graça-dom e reciprocidade. Kathryn Tanner (2005), por exemplo, no seu livro, *Economy of Grace*, propõe uma economia baseada na noção da graça e, para isso, o fim dos contratos que pressupõem a propriedade privada e das relações de trocas mercantis. Para ela, as relações humanas devem ser estruturadas “de modo que reflita o caráter de próprio Deus que se doa, elas deveriam ser marcadas pela doação incondicional” (IDEM, p. 63).

Um terceiro tipo de reação foi dado pelos detentores reais do poder no sistema: o abandono do universalismo e, com isso, a negação da noção de direitos humanos no sentido universal. As promessas do capitalismo não são mais para toda a humanidade, mas somente para os que conquistam esse direito nas relações de concorrência no mercado.

Em outras palavras, reconhecendo os limites do meio ambiente, a única possibilidade de superar o impasse é modificar uma das duas promessas do capitalismo moderno: o aumento crescente do padrão de consumo como o caminho para a vida boa (no sentido de vida com alto nível de consumo e conforto) ou a proposta do universalismo, a de que todos os seres humanos têm o direito de participar dessa vida boa. O grupo que mantém a proposta de universalismo precisa desvincular a noção de boa vida (com mais ênfase no sentido qualitativo da vida) do aumento do padrão de consumo e, propor uma noção alternativa, por exemplo, a centrada na ideia de “bem viver” dos povos originários da região dos Andes. Aceitar essa modificação radical no conceito de “vida boa” é ir contra os interesses do capital e do espírito que move o capitalismo, por isso, a alternativa que resta aos defensores do capitalismo “livre” é romper com o universalismo e assumir que há grupos sociais – hoje cada vez em número maior – que não têm direito a participar da boa vida, pois são “perdedores” na concorrência do mercado livre e merecedores da sua pobreza.

É significativo que, logo após a publicação do livro *Os limites do crescimento*, de 1972, F. Hayek, o principal intelectual do neoliberalismo receba o Prêmio Nobel de Economia de 1974. Após o reconhecimento “oficial” da validade da teoria econômica neoliberal, em 1980, Ronald Reagan e Margaret Thatcher assumem o poder nos Estados Unidos e no Reino Unido, e começam a impor essa ideologia nos seus países e no restante do mundo capitalista. O neoliberalismo não significa somente medidas econômicas de ajuste e privatização da economia, mas também uma crítica radical à noção de Direitos Humanos, um dos valores fundamentais da modernidade. L. von Mises, o mentor de Hayek, escreveu que o principal erro e ilusão dos que criticam o capitalismo com a acusação de injustiça é a ideia de que “a ‘natureza’ concedeu a todas as pessoas certos direitos, só pelo fato de terem nascido” (MISES, 2008, p. 80). Em outras palavras, não haveria nenhuma lei natural ou divina que concede a todas as pessoas o direito fundamental de acesso aos bens e condições necessárias para a sua sobrevivência. Portanto, o Estado ou a sociedade não teriam nenhum dever de promover qualquer tipo de programa ou ação social em favor dos mais pobres em nome da “justiça social”. Com isso, todos os tipos de transferência de riqueza e/ou renda dos ricos para os mais pobres, via impostos e programas sociais, seriam formas de injustiça para com os que acumularam a sua riqueza de forma legal e justa.<sup>1</sup>

Em resumo, o neoliberalismo propõe uma ruptura radical com o mito moderno universalizante de desenvolvimento e redireciona o capitalismo a uma visão cínica e fria da realidade humana.

Estamos, assim, em um processo de definição, que pode levar ainda dezenas de anos, a respeito de que rumo tomar como civilização. Se o capitalismo, como conhecemos hoje, mantiver a capacidade de conformar e dirigir o futuro do mundo globalizado, as crises sociais continuarão aumentando. Novas tecnologias e energias mais sustentáveis podem diminuir os riscos de aquecimento global, mas elas não solucionam as crises sociais frutos do processo de concentração de riqueza e dos mecanismos de exclusão inerentes à lógica do mercado. Isso quer dizer que uma grande revolução tecnológica pode resolver o problema de sustentabilidade ambiental e, assim, do próprio capitalismo; mas não necessariamente o de sustentabilidade social ou a sobrevivência de bilhões de pessoas condenadas à marginalidade ou exclusão do mercado. O capitalismo não pode sobreviver ao colapso ambiental, mas pode sobreviver sem grandes problemas à morte dos pobres.

---

<sup>1</sup> Eu desenvolvi mais amplamente essas ideias no livro *O novo mito do capitalismo*, a ser lançado em 2017, pela Editora Paulus.

Em certo sentido, estamos no meio de uma transição civilizacional, deixando para trás as promessas e premissas do mundo moderno e enfrentando um momento de bifurcação: podemos manter a tendência atual e sair do mundo regido por capitalismo liberal para um mundo neoliberal, de cinismo e exclusão sistemática, ou construir um caminho alternativo, mais humano, solidário e inclusivo, que ainda não sabemos como poderá ser. Na verdade, essa bifurcação que eu mencionei não existe como um dado *a priori*, mas precisa ser construída historicamente. Ela só será real na medida em que agentes sociais forem capazes de vislumbrar e elaborar uma proposta viável de alternativa. De outro modo, teremos somente uma tendência sendo tornada realidade e grupos sociais anticapitalistas criticando-a sem serem capazes de oferecer alternativas viáveis.

Por isso, a proposição de uma alternativa historicamente viável é um desafio fundamental. Nesse grande desafio, a pergunta que irá nos nortear no diálogo com o pensamento de Lutero é: como a crítica teológica realizada por Lutero diante dos problemas econômicos e sociais do seu tempo pode nos ajudar na crítica do atual capitalismo e na construção de um caminho alternativo?

## **O papel da teologia em um mundo secularizado e desencantado**

Na busca de uma resposta para a pergunta, precisamos, em primeiro lugar, discutir o papel da teologia, se é que ela tem algum, na crítica à dinâmica capitalista de hoje. Já se foi há muito tempo que um teólogo poderia escrever tratados teológicos sobre juro ou a política de Estado, como fez, por exemplo, Tomás de Aquino, sem nenhum estranhamento ou acusação de que estaria invadindo uma área de conhecimento que não lhe cabe como teólogo. Isto é, não vivemos mais o tempo em que a teologia tinha como objeto de sua reflexão toda a realidade, incluindo as questões econômicas em sua totalidade. Hoje, vivemos em um mundo em que a realidade humana e social foi dividida em várias áreas de conhecimento e à teologia foi atribuído reflexionar a respeito das “questões teológicas”, questões essas que dependem da escola de pensamento teológico para uma definição mais precisa.<sup>2</sup> Contudo, há um consenso bastante significativo de que questões econômicas estão fora do campo da teologia; de que a economia deve ser explicada e criticada em termos econômicos.

Lutero viveu o início desse processo, que desembocaria na divisão das áreas de conhecimento e da revisão do papel da teologia na sociedade. Em

---

<sup>2</sup> Sobre as “questões propriamente teológicas” no mundo moderno, em particular no debate interno da Teologia da Libertação, vide, por exemplo, SUNG, J. M. *Teologia e Economia: repensando a teologia da libertação e utopias*, Petrópolis: Vozes, 1994, cap. 3.

uma época marcada profundamente por transição nas formas de organizar a produção e circulação dos bens materiais necessários para a sobrevivência e a reprodução da vida, Lutero não poderia distanciar-se dos problemas econômicos e sociais produzidos pelo processo de concentração de riqueza e do comércio nas mãos de poucas famílias. Em um texto de 1524, *Comércio e Usura*, Lutero (1995a, p. 378) diz:

Queremos falar aqui do abuso e do pecado do comércio no que tange à consciência. No que diz respeito ao prejuízo do bolso, isso é preocupação dos príncipes e senhores.

Com essa afirmação, Lutero distingue dois níveis ou duas perspectivas distintas de analisar o problema do comércio e da usura: a) o nível ou a perspectiva teológica do pecado do comércio no que tange à consciência; b) o nível operacional da economia, do cálculo econômico do lucro e prejuízo. Essa distinção é o reconhecimento dos limites da teologia e da “autonomia relativa” da razão instrumental, do cálculo, aplicado à economia. Eu usei a expressão “autonomia relativa” da razão econômica porque Lutero não abdica de fazer um juízo teológico sobre o comércio. Ele não aceita a total autonomia da economia, como se essa estivesse totalmente fora do âmbito da teologia ou acima de qualquer crítica ética.

Essa é uma questão central para os dias de hoje. O capitalismo neoliberal tem como um dos princípios fundamentais a defesa de total “liberdade” do mercado frente a qualquer juízo ou regulação ética ou social. O conceito de “mercado livre” expressa essa pretensão de que o sistema de mercado seja livre de qualquer crítica ou juízo que não seja o do cálculo da eficiência econômica. É o que K. Polanyi (1980) chamou de mercado “auto-regulado”, isto é, um sistema econômico que só aceita as suas próprias regras do mercado e rejeita toda interferência e valores que venham de outras instâncias da sociedade, mesmo que essas sejam em defesa do direito à vida dos pobres e dos excluídos do mercado.

Além da distinção feita por Lutero, é importante notar que a noção de consciência, que ele usa ao falar do pecado do comércio, não é a noção moderna de consciência subjetiva. Se assim fosse, o pecado do comércio estaria restrito ao âmbito da consciência do indivíduo burguês diante de Deus e não teria nenhuma relação com o sistema econômico da sua época. Isso fica mais claro quando ele diz que “A regra [do comércio] não deveria ser: ‘Posso vender minha mercadoria tão caro quanto puder ou quiser’”, mas sim que deveria ser pelo “quanto é correto e justo” (IDEM, p. 380). Ao discutir a regra do comércio vigente, ele não está se restringindo ao âmbito da

consciência subjetiva, como poderíamos entender hoje após o processo de secularização que ocorreu depois da Reforma e reduziu a religião ao âmbito da vida privada e da consciência do indivíduo, mas sim às novas relações comerciais que estão surgindo no seu tempo. Eu penso que ele usa a expressão “no que tange a consciência” como uma tentativa de distinguir o nível da reflexão teológica do nível da razão instrumental econômica.

Essa distinção feita por Lutero é uma pista importante para o debate hodierno acerca da contribuição de teologias, igrejas e religiões, em geral, na construção de um caminho civilizacional alternativo à globalização dominante de corte neoliberal. Entre o caminho de a) uma separação radical entre questões teológicas e as econômicas e sociais e b) o de uma confusão entre esses dois campos – e, com isso, a negação da “autonomia relativa” da economia frente aos valores religiosos que levam ao erro de emitir juízos baseados em premissas teológicas sobre assuntos de domínio da razão instrumental –, o caminho “intermediário” trilhado por Lutero me parece o mais promissor.

## **Teologia e a inversão ética**

Feita a distinção entre a perspectiva teológica e a da razão econômica instrumental, qual é o papel da teologia frente ao “pecado” do “comércio e usura”?

A crítica contra o “pecado” faz parte da história das igrejas. A noção de pecado pode ser usada exclusivamente aos indivíduos ou também aos grupos sociais ou até à própria sociedade – sob a expressão “pecado social” –, mas o que é comum a essas diferentes compreensões é o fato de que os indivíduos e grupos sociais são julgados sob a noção de pecado, que pressupõe uma distinção objetiva entre o bem e o mal.

Em 1524, Lutero havia criticado a usura e os abusos no comércio como pecado. Com o desenvolvimento da nova forma de economia, ele percebe que há uma mudança profunda, não somente na economia, mas na própria compreensão dos valores morais. No texto *Aos pastores, para que preguem contra a usura*, de 1540 (LUTERO, 1995b, p. 447), ele diz:

Escrevi contra a usura já faz quinze anos. Ela irrompera de forma tão violenta que eu não podia ter esperança de melhora alguma. Desde então ela se sofisticou a tal ponto que já não pretende mais ser vício, pecado ou vergonha; ao contrário, já se deixa exaltar como pura virtude e honra, como se prestasse grande amor e serviço cristão para outras pessoas.

Lutero constata a expansão e o aprofundamento do novo modo de fazer comércio e de como o problema da usura se agrava e aumenta o sofrimento

do povo. Mais do que isso, ele afirma que a usura sofisticou-se muito desde o seu último escrito contra ela. A tese de Lutero de que o sistema de usura sofisticou-se precisa ser analisada aqui com mais detalhes. Hoje em dia, se alguém diz que o sistema financeiro está se sofisticando cada vez mais, isso seria entendido no sentido da criação de novos modelos matemáticos de cálculo de riscos de investimento ou empréstimo, ou a criação de novos tipos de produto financeiro, por exemplo, novos tipos de derivativos, ou ainda algum tipo de aperfeiçoamento operacional. Porém, Lutero, ao falar da sofisticação da usura – isto é, do sistema financeiro do seu tempo – ele não faz referência aos aspectos operacionais da usura, mas sim ao tema do pecado e da virtude. Com isso, ele mantém a perspectiva teológica na sua crítica da usura e mostra, implicitamente, que a usura tem dois níveis: o do cálculo econômico e o da razão teológica.

Em que consiste essa sofisticação apontada por Lutero? É a inversão do pecado em virtude: a usura “já não pretende mais ser vício, pecado ou vergonha; ao contrário, já se deixa exaltar como pura virtude e honra”. Quando o que era considerado vício passa a ser visto como uma virtude, a noção de pecado não é mais suficiente para a crítica. Pois, o que é pecado? A usura – ou o sistema financeiro que busca a maximização do ganho por meio de juros mais altos possíveis – era classificada pecado no mundo anterior a essa “sofisticação”, mas não mais depois. Em outras palavras, Lutero percebe o processo de relativização da noção de pecado: a definição do pecado dependendo do contexto social e religioso. Não há mais, pelo menos empiricamente, uma noção objetiva e unívoca de pecado, da diferença entre o bem e o mal.

A constatação de que a usura, que antes era vista como vício e pecado por explorar as necessidades dos outros para acumular riqueza, passou a ser considerada virtude e honra, leva Lutero a tentar entender a causa ou a lógica dessa inversão. Ele afirma que os usureiros apresentam-se como virtuosos e honrados porque eles se descrevem e são vistos como “se prestasse[m] grande amor e serviço cristão para outras pessoas”. Em outras palavras, na perspectiva crítica de Lutero, o pecado se mostra como amor e serviço cristão.

Essa inversão percebida e criticada por Lutero no século XVI vai ser sistematizada e legitimada teoricamente de forma mais completa por Adam Smith, no seu clássico livro *A riqueza das nações* (SMITH, 1983), por meio do seu conceito de “mão invisível” do mercado. Segundo esse paradigma, o bem comum econômico e social da coletividade não é alcançado pelas ações coletivas de solidariedade ou de ações baseadas nos princípios morais, mas sim pela busca do interesse próprio no mercado. A busca de mais lucro de cada empresário em concorrência no mercado livre – sem interferência e regulação por parte do Estado ou da sociedade – produziria o melhor resul-

tado econômico possível em termos de bem comum. Em outras palavras, o bem comum seria alcançado pelo egoísmo no mercado.

Hugo Assmann, no seu importante livro *A idolatria do mercado* (ASSMANN & HINKELAMMERT, 1989), trata essa inversão apontada por Lutero como sequestro do mandamento do amor cristão. “Na modernidade, mais especificamente no paradigma econômico do interesse próprio e do sistema de mercado, sucedeu *uma coisa tremendamente séria*: o sequestro e a adulteração do que há de mais essencial no cristianismo, a concepção cristã do amor ao próximo e, por conseguinte, do amor a Deus. Aí está, também, a raiz teológica mais profunda do sacrificialismo inerente a esse paradigma” (IDEM, p. 351).

Sem essa inversão apontada por Lutero, o sistema financeiro capitalista emergente não teria tido tanto sucesso, porque a própria sociedade teria criado mecanismos de controle e de limitação. Mais do que isso, os próprios usureiros, que eram cristãos, teriam encontrado dentro de si próprios a resistência da sua consciência contra as práticas que eles mesmos entendiam como pecado. Essa inversão ética foi fundamental para o crescimento do sistema de usura.

Nesse sentido, Lutero está certo ao apresentar a inversão do pecado em virtude ou expressão do amor cristão ao próximo como uma sofisticação do sistema de usura. Com isso, ele percebe que dinâmicas e sistemas econômicos não possuem somente o aspecto de cálculo da razão instrumental, mas carregam no interior do seu próprio processo econômico questões éticas e teológicas. E aqui é importante destacar, sem a inversão teológica não seria possível a inversão moral do vício em virtude e honra.

Se isso era real no início do capitalismo, com a consolidação do capitalismo e do neoliberalismo, essa sofisticação aprofundou-se, e o sistema capitalista global se apresenta e é visto por maior parte da humanidade como o único caminho possível para a organização das sociedades em direção a uma boa vida. Na medida em que esse capitalismo se mostra como o único caminho de progresso humano e de boa vida, as lógicas de opressão e exploração são vistas como expressões de amor ao próximo, e os custos sociais impostos às populações como sacrifícios necessários.

Quando o mal é feito em nome da salvação, esse mal não é mais visto como um mal, mas sim como “sacrifícios necessários” e, portanto, um não mal. A relativização e a inversão do que é o mal e o bem impedem a crítica ao sistema em sua totalidade. Sem a crítica teológica, ou a crítica dos fundamentos teológicos que fundamentam essa inversão sacrificial e bloqueiam o avanço de todas as tentativas sérias de construção de alternativas, não é possível criar ou construir o ponto de bifurcação que falamos.

A crítica da idolatria do mercado e a inevitabilidade do mercado A absolutização e a sacralização do mercado e suas leis que exigem sacrifícios de vidas humanas são o que diversos teólogos da libertação (H. ASSMANN, F. HINKELAMMERT e J. SANTA ANA) chamaram de idolatria do mercado. Essa crítica teológica à idolatria que ocorre no capitalismo atual foi assumida também pelo papa Francisco nos seus pronunciamentos e, em especial, no *Alegria do Evangelho*, como crítica à idolatria do dinheiro (PAPA FRANCISCO, 2013, n. 55). Quando falamos em “idolatria do dinheiro”, é preciso ter em vista que a crítica não está referida ao dinheiro como um meio de troca (usado para a compra e venda) que facilita a vida em sociedade. A crítica não está dirigida ao mercado como tal, ou ao dinheiro, mas sim ao processo econômico-social que eleva o mercado e o dinheiro ao nível do absoluto ou critério último da vida pessoal e da sociedade.

Essa distinção é importante para não cairmos no equívoco de uma crítica metafísica do mercado ou do sistema financeiro, uma crítica que os negaria em sua totalidade. Uma crítica desse tipo pode atrair apoio por sua aparência de radicalidade, tanto na crítica ao capitalismo, quanto na proposição de uma sociedade em que não haja mais o mercado, muito menos o mercado financeiro, uma sociedade onde as relações de concorrência teriam sido substituídas pelas relações de graça e dom. Entretanto, radicalismos idealistas pecam por não levar em consideração os limites e as condições objetivas da realidade social e da própria condição humana.

Lutero, na sua crítica ao abuso no comércio, que estava provocando fome nas populações pobres, em 1524, reconhece que “apesar de tudo, não se pode negar que comprar e vender são atividades necessárias, as quais não se pode dispensar” (LUTERO, 1995a, p. 377). Para poder criticar os abusos cometidos por grandes comerciantes que manipulavam os preços, sem cair no erro de condenar todas as formas de comércio, Lutero distingue dois tipos de comércio: comércio praticado de “forma cristã, particularmente no tocante às coisas necessárias e honrosas”, e o comércio feito de maneira abusiva a explorar as necessidades do povo.

Podemos dizer que Lutero usa um método dialético de análise do comércio: o conceito geral de comércio é desdobrado em dois tipos: comércio abusivo, que está dominando na região, e o comércio de “forma cristã”, aquele que deveria ser praticado e que realizaria a “essência” do comércio, no sentido primeiro e geral, de ser meio de troca para a satisfação das necessidades dos membros da comunidade. Dentro dessa lógica, Lutero diz que a “forma cristã” – isto é, uma forma justa que deve prevalecer sobre as formas abusivas – aplica-se particularmente às coisas necessárias para a vida das pessoas. O comércio de produtos que estão além das necessidades,

os bens de luxo, estaria fora dessa regulação, porque não está relacionado à “essência” ou finalidade primeira do comércio: a de possibilitar a satisfação das necessidades vitais. Em termos modernos, poderíamos dizer que deve haver uma regulação para evitar abuso no comércio de bens de necessidades básicas para a vida das pessoas, enquanto que haveria liberdade no comércio de bens de luxo.

Em resumo, ele não combate o comércio como tal – e o mercado, que é o espaço social em que se dá o comércio –, mas sim o abuso no comércio que sacrifica a vida dos pobres.

Quando se trata do agravamento do problema da usura, Lutero tem uma posição um pouco diferente. Ele distingue a usura de juros. Ele chama usura de “juros sobre juros” e associa a usura à ganância, e chama os usurários de “grandes devoradores do mundo” e de “idólatra, porque serve a Mamom” (1995b, p. 466). A sua crítica feroz é contra a usura, mas, ao mesmo tempo, de forma aparentemente paradoxal, ele reconhece que não é mais possível combater a usura. Ele diz:

Ainda que não possamos combater a usura – pois isso já se tornou impossível, não apenas para nossa pregação, mas até mesmo para o poder secular –, através de nossa admoestação, todavia, podemos pelo menos arrancar algumas pessoas de semelhante Sodoma e Gomorra (1995b, p. 477).

À primeira vista, essa afirmação parece contraditória ou demasiadamente derrotista. Contraditória porque ele conclama os pastores a pregarem contra a usura, mas diz que “já se tornou impossível” combater a usura. Mais adiante, ao tratarmos do papel da teologia e das igrejas frente ao problema social, vamos voltar ao tema do papel da igreja. Neste momento, quero focar a análise de Lutero, que considera o poder da usura, ou melhor, o poder do sistema financeiro e comercial capitalista emergente, já maior do que o poder da igreja e do poder secular. Sem entrar em discussões mais detalhadas sobre essas relações de poder, pois não cabe no objetivo do artigo nem nos limites de páginas, a História nos mostra que ele tinha razão. O capitalismo emergente venceu o poder político pré-moderno, conformou o Estado moderno e, hoje, o capitalismo financeiro, com o seu sistema financeiro global (quase) onipresente tem um poder que ultrapassa os poderes políticos das nações.

A análise de Lutero é de um realismo “cruel”: ele denuncia o mal provocado pela usura, a critica radicalmente como contrária a Deus e movido pela ganância, “que é raiz de todos os males” (1Tm 6.10), conclama os pastores a pregarem contra..., mas reconhece que não é mais possível vencê-la. A constatação de que a pregação não tem poder de combatê-la tem

dois aspectos. Em primeiro lugar, é o reconhecimento da perda do poder da religião na sociedade, especialmente frente ao sistema econômico emergente. Em segundo, a pregação é um instrumento para mudar a consciência e a decisão moral das pessoas; ela pode mudar a intencionalidade subjetiva dos indivíduos e de grupos, porém o sistema de usura tornou-se, como todos os sistemas complexos, em um sistema de dinamismo automático, que não obedece mais às intencionalidades subjetivas.

Para entender melhor essa questão, imaginemos que um usureiro cristão se “converta” ouvindo uma pregação contra a usura e o sentido verdadeiro do amor cristão ao próximo em estado de necessidade. O que ele pode fazer como usureiro? Enquanto cristão, ele está convencido da verdade do que foi pregado, mas, enquanto usureiro, – isto é, enquanto na função de usureiro dentro do sistema financeiro da época – ele tem que encontrar uma forma operacional de praticar o “empréstimo justo” sem quebrar o seu empreendimento. Se ele assume com radicalidade a sua conversão, ele pode perdoar juros e dívidas de pessoas pobres incapacitadas de lhe pagar. Como cristão, ele se sentirá muito bem e terá sido arrancado de “Sodoma e Gomorra”; mas, como homem de negócios, ele perderá muito dinheiro e será expulso do mercado por outros competidores.

Dentro de um sistema bem estabelecido e competitivo internamente, as intenções subjetivas têm pouco peso e influência. As pregações religiosas ou éticas seculares não são suficientes para mudar um sistema financeiro abusivo e explorador. Essa lição valeu para o tempo de Lutero, assim como vale para os dias de hoje. Entre nós, há muitos religiosos e líderes sociais inspirados nas tradições religiosas que fazem da pregação moral a sua única arma contra o sistema econômico que exclui bilhões de pessoas. Talvez porque não tenham outra, ou porque acreditam que a pregação ou a denúncia-apelo são suficientes ou têm um grande poder de transformação social. Para Lutero, “pregação” tem uma contribuição a dar, mas não é o suficiente, não é capaz de transformar o sistema econômico.

## **A radicalidade do mal e a antropologia**

Diante de um sistema econômico tão sacrificial, é bastante compreensível a posição de pessoas que propõem o seu oposto: uma sociedade baseada na misericórdia e dom, ou uma sociedade sem a concorrência fria do mercado. Esse tipo de visão otimista do futuro pressupõe uma visão otimista do ser humano, um ser humano capaz de se guiar somente por amor e solidariedade.

Aqui, novamente, o pensamento de Lutero pode nos ser muito útil: “Eles dizem que o mundo não pode subsistir sem usura. Certamente, isso é verdade. Pois nenhum governo no mundo será tão rígido e rigoroso, e jamais houve um que tivesse conseguido rechaçar todos os pecados” (1995b, p. 459).

Lutero concorda com os defensores da usura, do sistema financeiro capitalista, de que o mundo – que estava se formando na época – não pode subsistir sem usura. Mas, a razão da sua concordância não está na aceitação da tese deles de que a usura é um serviço cristão à humanidade, mas na impossibilidade prática do seu fim. Ele continua afirmando que a usura é um pecado, mas o problema para acabar com ela é que seria necessário um governo “tão rígido e rigoroso” – uma ditadura rígida – que jamais poderá existir e ser eficaz na sua luta contra a usura. E a razão para isso é que nenhum governo, por mais rigoroso que seja, é capaz de “rechaçar todos os pecados”. E, mesmo que ainda pudesse existir um governo assim, permaneceria, diz Lutero, “o pecado original, a fonte de todos os pecados” (IDEM, p. 459).

A repressão, por mais forte que seja, não é capaz de acabar com todos os pecados porque o ser humano está marcado pelo pecado original. Não vamos entrar aqui em discussão a respeito da noção de pecado original em Lutero, ou o papel desse conceito no pensamento teológico ocidental, mas quero somente apontar que por detrás do “pessimismo” ou do “realismo” de Lutero em relação à impossibilidade de se acabar com a usura ou o comércio abusivo está a sua concepção antropológica não otimista.

É por causa do pecado original que, segundo ele, “não pode haver o mundo sem usura, sem ganância, sem vaidade, sem prostituição, sem adultério, sem assassinato, sem roubo, sem blasfêmia e sem pecados de outras espécies. Aí também não seria mundo...” (IDEM, p. 459). A solução, então, não está em tentar acabar definitivamente com os desmandos e abusos no comércio e sistema financeiro, como em outras áreas da vida, mas em controlá-los, limitá-los: “não é possível acabar plenamente com a usura. Quando, porém, ela ocorre e tem grande influência, alastrando-se incontroladamente, a ponto de, por fim, o mal ainda pretender ser tomado por virtude, então se pode e deve controlar e rechaçá-lo” (IDEM, p. 459).

Hugo Assmann também tem uma posição bastante semelhante. Diante de posições radicalmente pessimistas, como a dos neoliberais, que reduzem o ser humano a um ser de cálculos egoístas sem nenhuma tendência à solidariedade social, ou excessivamente otimistas de setores da esquerda marxista ou religiosa que creem que, após a superação das relações econômicas capitalistas, o ser humano “voltará” a ser plenamente solidário, ele diz que “os seres humanos não são ‘naturalmente’ tão solidários quanto parece supor nossos sonhos de uma sociedade justa e fraternal. [...] Não que os seres humanos sejam ‘naturalmente’ perversos ou anti-solidários, [...] Pretende-se apenas recuperar o lado sábio e realistas dos mitos [...] acerca da ‘queda’ ou ‘corrupção’. A questão do pecado original é uma espécie de chave interpretativa acerca do que se pode esperar dos seres humanos no convívio social” (1998, p. 20).

Para Assmann, o tema do pecado original não é algo que deve ser deixado para trás, no meio de discussões teológicas ultrapassadas, mas “é de enorme atualidade. [...] Como problemática genérica, o mito do pecado original é inerente a praticamente todas as culturas. É a expressão, em linguagem mítica, das descobertas que a humanidade foi fazendo acerca da contingência do ser humano em si (no plano ontológico), sobretudo, porém, acerca dos limites da realização possível do amor recíproco entre os seres humanos associados, na medida em que este amor é necessariamente mediado por formas institucionais” (1991, p. 87-88).

A noção de pecado original tem também outra função importante na crítica do sistema financeiro usureiro. A inevitabilidade da usura não vem do seu caráter benéfico ou virtuoso, como dizem os seus defensores, muito menos da vontade divina, nem é o resultado positivo da evolução cultural da humanidade em direção ao progresso, como defende Hayek (1990), mas sim do pecado. A sua origem está no pecado, por isso não é benéfico ou virtuoso. A sua inevitabilidade reside no fato de que os seres humanos estão marcados pelo pecado original, a ambiguidade da sua condição. Por isso, a usura e o comércio abusivo, mesmo que inevitáveis, devem ser combatidos, reprimidos e rechaçados. Especialmente, com mais vigor, quando o pecado vem mascarado de virtude e amor.

### **A missão da igreja diante do mal inevitável**

Após essas reflexões sobre a impossibilidade de vencer esse mal sistêmico que “devora o mundo, levando inopinadamente consigo também boas pessoas, de modo que já não podem avançar nem retroceder” (LUTERO, 1995b, p. 469), Lutero chama os pastores a erguer a voz contra a usura, admoestando os seus paroquianos, “ensinando-os também a precaverem-se contra a usura e ganância, a fim de que se arranque da pilantra a máscara com que se enfeitou, como se fosse justa e piedosa” (IDEM, p. 448).

Em termos contemporâneos, poderíamos dizer que Lutero chama os pastores a desmascararem o enfeitamento provocado pela idolatria do dinheiro e do mercado, a revelarem o processo idolátrico que apresenta a exploração como serviço à humanidade; a acumulação sem fim da riqueza por uma minoria, e ao conseqüente empobrecimento da maioria, como um serviço a Deus e a humanidade.

Lutero descobre na idolatria do dinheiro um novo tipo de maldade. Comparando os usureiros com tiranos malvados, ele diz que esses “têm que deixar as pessoas viver e confessar que são maus [...] Eles podem até ter que comiserar-se de vez em quando de algumas pessoas. Um usureiro e ganancioso, porém, gostaria que o mundo inteiro percesse em fome, sede, miséria e

desgraça, quando depende dele, para que pudesse apossar-se de tudo e cada qual recebe [sua parte] dele como de um deus e fosse eternamente escravo. [...] faz-se passar por inocente, quer ser considerado enaltecido como gente honesta e proba, bem mais misericordioso do que o próprio Deus” (IDEM, p. 480). Com essa comparação, Lutero distingue dois tipos de mal: o mal comum, como dos tiranos, que todos sabem que é mal; e o mal que se apresenta como bem e, por isso, não conhece limites. Esse é o mal por excelência, o mal da idolatria, o mal que se comete em nome de Deus. Por isso, ele diz que “não existe maior inimigo na terra (depois do diabo) do que um ganancioso ou usurário, pois ele quer ser deus sobre todas as pessoas” (IDEM, p. 480).

A crítica da idolatria, o mal travestido de serviço, que fascina, atrai e devora os povos, é uma tarefa fundamental também nos dias de hoje. Em termos de discurso, o mundo contemporâneo pode parecer como secularizado, mas no fundo o capitalismo atua como uma religião idolátrica que fascina, atrai e sacrifica vidas em nome das leis do mercado divinizado.

Nessa crítica da idolatria do mercado e do dinheiro, não podemos nos esquecer de outra diferença fundamental entre o tempo de Lutero e o nosso: a globalização tornou o pluralismo religioso e cultural o pano de fundo da discussão teológica e religiosa. Isso quer dizer que o argumento que tem como sua premissa ou o critério fundamental um elemento da “revelação cristã” não pode ser usado como argumento de “autoridade” para além da comunidade cristã. Em outras palavras, dizer, por exemplo, que devemos lutar para reformar o atual sistema financeiro ou de comércio internacional porque vai contra os ensinamentos bíblicos ou cristãos só é válido no interior das comunidades cristãs, mas não no diálogo com outras culturas e povos com outras tradições religiosas ou sem religião. É preciso construir ou encontrar um critério de juízo que esteja acima das particularidades de religiões ou de culturas.

Há, sobre isso, uma afirmação de Lutero que vale a pena resgatar.

E assim, por causa de sua ganância, a mercadoria precisa custar tanto mais quanto maior for a necessidade do próximo, de modo que a necessidade do próximo acaba definindo o preço e o valor da mercadoria. Acaso não é esse um procedimento *acristão e desumano*? (1995a, p. 379, grifos do autor).

Ele coloca dois critérios na sua crítica: ser contra os valores cristãos e ser desumano. A vida do ser humano como critério acima dos critérios de cálculo e interesse econômico é coerente, não só com a sua visão de cristianismo, mas também com o que vimos quando tratamos da distinção entre o comércio abusivo e o comércio justo.

Esse critério de colocar a vida humana acima de todos os outros critérios e valores entra em choque frontal com a tese neoliberal, de que a natureza não dá aos seres humanos nenhum direito. Para o pensamento neoliberal, os direitos e os deveres só são estabelecidos por meio do contrato. Os direitos econômicos e sociais, como o de ter acesso às condições de vida, não seriam inerentes ao ser humano, mas criados e estabelecidos por intermédio de contrato no mercado.

Temos aqui uma questão fundamental que deverá ser nos anos vindouros objeto de grande debate público e discussão teórica: o conflito entre os direitos humanos fundamentais e os direitos estabelecidos pelos contratos nas relações de mercado. Os contratos financeiros e econômicos abusivos devem ser cumpridos a todo custo, mesmo às custas de vidas humanas? Lutero enfrenta essa questão e se contrapõe aos usureiros, que clamam para que os contratos sejam cumpridos, afirmando que “promessas funestas” não têm validade nenhuma, “pois o que é contrário a Deus, ao direito e à natureza, isso é totalmente nulo” (1995b, p. 465).

O argumento de ser contrário a Deus pressupõe um consenso sobre Deus e sua vontade, seja no interior de uma religião ou no diálogo inter-religioso. Nesse ponto, Lutero usa o argumento de “acristão”. No tocante ao “direito e à natureza”, Lutero amplia a questão e coloca o critério de “desumano” para deslegitimar as “promessas funestas” dos contratos que impõem sacrifícios de vidas humanas. Essa proposta de valores humanos ou da vida humana como critério ético último não pressupõe aceitação de nenhuma fé religiosa em particular, nem a crença em Deus ou na natureza, mas simplesmente a constatação evidente de que os contratos, por serem instituições humanas, não podem ser colocados acima do direito à vida de todos os seres humanos.

Nesse mesmo sentido, Franz Hinkelammert diz que “o ser humano é a essência suprema do ser humano. A raiz do ser humano é o próprio ser humano. Esta essência não é nenhuma lei natural, nem um a priori de valores; é a afirmação do ser humano como sujeito, que adquire sua especificidade pela vivência das violações da dignidade humana” (2008, p. 43). É na violação da dignidade humana e do direito à vida dos pobres que aparece o direito de todos à vida. A “usura” revela, pela sua própria dinâmica de exploração e imposição de contratos “devoradores”, o direito de todos à vida e, por isso, à sua própria desumanidade.

Por fim, a crítica de que a usura não é da vontade de Deus tem uma consequência que vai além da discussão a respeito de Deus. Ela mostra que o sistema econômico dominante não é absoluto, portanto, não é sem alternativa. Frente ao atual processo de globalização, em que predomina a ideia de que

não há alternativa ao sistema capitalista, a crítica teológica e as práticas das igrejas e religiões têm o papel fundamental de negar essa pretensão idolátrica de ser absoluto. Nesse sentido, penso que vale a pena levar a sério o que diz Zizek (2012, p. 137), “a responsabilidade primeira dos cristãos não é assumir a sociedade e impor suas convicções e valores a quem não tem sua fé, mas ‘ser a Igreja’. Recusando-se a responder ao mal com mal, vivendo em paz e dividindo os bens, a igreja comprova que há alternativa à sociedade baseada na violência ou na ameaça de violência”.

### **Considerações finais**

Uma crítica radical, em nome do direito à vida dos pobres, a um sistema econômico que se autodivinizava e inverte os valores éticos fundamentais, sem, ao mesmo tempo, perder o senso da realidade, com a sua “dialética do possível” é uma lição que podemos tirar da crítica teológica de Lutero feita ao capitalismo emergente do seu tempo.

Em um mundo marcado pelo colapso do otimismo moderno em relação ao progresso, que “flerta” com o cinismo pós-moderno e neoliberal e se propõe a abraçar a indiferença social como um “realismo” frente ao que parece a inevitabilidade do sistema de “mercado livre”, a crítica de Lutero à idolatria do dinheiro e aplicação da teologia do pecado original à “usura/ganância” abre-nos novas perspectivas de pensar a luta pela defesa da vida dos pobres e excluídos. Há um caminho alternativo entre o otimismo moderno e o pessimismo antropológico neoliberal: a tensão dialética entre o horizonte utópico do “Reino de Deus”, que permite uma crítica radical à “usura”, ao sistema de mercado livre divinizado, e à inevitabilidade do mal nas relações humanas e nos sistemas sociais e econômicos. Essa tensão que podemos chamar de “dialética do possível” pode nos servir de guia para práticas de solidariedade social e construção ou proposição de alternativas à globalização neoliberal que seja historicamente factível.

Nesse sentido, a “comemoração” da Reforma e da pessoa de Lutero pode nos ajudar a construir um ponto de bifurcação em um momento histórico em que parece não haver alternativa. Só com a apresentação de alternativa “radical e viável” é que se constitui essa bifurcação. Para isso, essa comemoração não deve perder o caráter “cristão” da Reforma, deixando-se seduzir pela tentação do secularismo, que apregoa a superioridade do “secular” sobre o religioso, nem cair nas ilusões da cristandade que pensava ter “a” resposta para os problemas sociais. Essa comemoração/diálogo precisa construir um caminho radical e, ao mesmo tempo, modesto e historicamente possível.

## Referências

- ASSMANN, Hugo & HINKELAMMERT, Franz. **A idolatria do mercado**: ensaio sobre economia e teologia, Petrópolis: Vozes, 1989.
- ASSMANN, Hugo. **Desafios e falácias**: ensaios sobre a conjuntura atual, São Paulo: Paulinas, 1991.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**. Rumo à sociedade aprendente, Petrópolis: Vozes, 1998.
- HAYEK, Friedrich A. **La fatal arrogancia**: los errores del socialismo, Madri: Unión Editorial, 1990.
- HINKELAMMERT, Franz. **Hacia una crítica de la razón mítica**. El laberinto de la modernidade, México: Dríada, 2008.
- LUTERO, Martinho. Aos pastores, para que preguem contra a usura. Em: **Idem, Obras Seleccionadas**, São Leopoldo-Porto, Alegre: Sinodal-Concórdia, vol. 5, p. 446-493, 1995b.
- LUTERO, Martinho. Comércio e usura. In: **Idem, Obras Seleccionadas**, São Leopoldo-Porto Alegre: Sinodal-Concórdia, vol. 5, p. 374-428 (1995<sup>a</sup>).
- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, Dennins L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W. **The Limits to Growth**. New York, 1972.
- PAPA FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época, Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas, 2 vol., São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SUNG, Jung Mo. **Teologia e Economia**: repensando a teologia da libertação e utopias, Petrópolis: Vozes, 1994.
- TANNER, Kathryn. **Economy of Grace**. Minneapolis: Fortress Press, 2005.
- ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.